COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.747, DE 2010

Altera as Leis nº 11.128, de 28 de junho de 2005; nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Autor: Deputado AUGUSTO CARVALHO

Relator: Deputado IZALCI LUCAS

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Augusto Carvalho, visa alterar as Leis nºs 11.128, de 28 de junho de 2005; 10.260, de 12 de julho de 2001; e 8.036, de 11 de maio de 1990. A proposição, de um lado, fixa prazo para a comprovação da quitação de tributos e contribuições pelas entidades mantenedoras das instituições de ensino superior do PROUNI, e de outro, estabelece novo prazo de carência nos financiamentos e autoriza a renegociação de contratos bem como autoriza a movimentação de conta vinculada do FGTS do trabalhador para o pagamento de dívida contraída junto ao FIES.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em 04/11/2015 foi aprovado o projeto, com emenda da relatora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – anteriormente ao advento da Lei nº 13.530/17.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Há aspectos, que envolvem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que serão melhor e apropriadamente abordados, em sua dimensão de impactos financeiros, pela Douta Comissão de Finanças e Tributação (CFT) que, nesse caso, conforme a distribuição da Mesa da Câmara dos Deputados, opina, inclusive, sobre o mérito de proposições em sua área de competência.

A proposição em tela data de **2010** – oito anos atrás, portanto, quando poderia efetivamente criar caminhos para a transição, tanto do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), como de aspectos do Programa Universidade para Todos (Prouni), para novos procedimentos.

Em relação ao art. 1º do Projeto, que propõe nova redação para o parágrafo único do art.1º da Lei nº 11.128/05 (a Lei do Prouni), de modo a fixar maior prazo para a comprovação da quitação de tributos e contribuições pelas entidades mantenedoras das instituições de ensino superior do PROUNI, cremos que a redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012 pacificou o tema. O ano-referência dado pela lei é 2012, sendo o do projeto focalizado o ano-calendário de 2011. Seus termos são

“Art. 1º.....

Parágrafo único. O atendimento ao disposto no art. 60 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, poderá ser efetuado, excepcionalmente, **até 30 de setembro de 2012**”.

No que se refere aos dispositivos que alterariam a antiga redação da lei do FIES, a recém aprovada Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 tratou dos aspectos que preocuparam o nobre autor: a negociação e renegociação.

E admite que poderão ser oferecidos como garantia, no financiamento concedido ao trabalhador ou a qualquer de seus dependentes constantes da declaração de composição familiar, para fins de análise de

elegibilidade do Fies-, até 10% (dez por cento) do saldo de sua conta vinculada ao FGTS, limite este que poderá ser elevado pelo respectivo Conselho Curador.

Diante do exposto, e ressalvada a nobre intenção do autor, válida para o momento em que foi apresentada a proposição, mas superada pela recente legislação, nosso voto é contrário ao Projeto de Lei Nº 7.747, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado IZALCI LUCAS
Relator